

# DOS MODOS DE SER SOLDADO E CAPELÃO NA MILITARIZADA POVOAÇÃO DO RIO GRANDE DO SÉCULO XVIII

OF MODES TO BE SOLDIER AND CHAPLAIN AT  
MILITARIZED VILLAGE OF RIO GRANDE OF THE 18<sup>TH</sup>  
CENTURY

Mauro Dillmann\*  
Francisco das Neves Alves\*\*  
Luiz Henrique Torres\*\*\*

## Correspondência

Instituto de Ciências Humanas e da Informação/FURG – Campus Carreiros  
Av. Itália, km 8.  
Rio Grande – Rio Grande do Sul – Brasil. CEP: 96203-900.  
E-mail: [maurodillmann@hotmail.com](mailto:maurodillmann@hotmail.com)

## Resumo

Este texto tem dois objetivos: destacar quem eram os soldados e os capelães que atuaram em pouco mais de duas décadas após a fundação do povoado do Rio Grande em 1737, e, analisar os modos de ser soldado e de ser capelão no século XVIII, especialmente a partir de representações discursivas em dois livros da época. A intenção, em síntese, está na identificação das funções destes sujeitos na vida social do período e no significado das imbricadas relações entre eclesiásticos e militares.

**Palavras-chave:** militares; capelães; Rio Grande.

## Abstract

This article has two objectives: to highlight who the soldiers and chaplains who served in little more than two decades after the foundation of the village of Rio Grande in 1737, and considerer ways to be soldier and to be chaplain in the 18<sup>th</sup> century, especially from discursive representations in two books of the time. The intention, in short, is to identify the functions of these subjects in the social life of the period and the meaning of the intertwined relationships between ecclesiastical and military.

**Keywords:** military; chaplains; Rio Grande.

---

\* Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS/RS). Professor Adjunto no Instituto de Ciências Humanas e da Informação e no Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado Profissional) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG/RS).

\*\* Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Professor Titular no Instituto de Ciências Humanas e da Informação e no Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado Profissional) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG/RS).

\*\*\* Doutor em História Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Professor Titular no Instituto de Ciências Humanas e da Informação e no Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado Profissional) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG/RS).

## Introdução

Este texto busca identificar e analisar as representações sobre os modos de ser capelão e de ser militar no século XVIII e a importância atribuída aos religiosos para a vida dos soldados, a partir de dois livros publicados no setecentos português, relacionando tais representações com o contexto da povoação – e posterior vila – do Rio Grande, no extremo sul da América lusa. Para tanto, utilizamos como fonte primária o livro religioso *Norte de Capelães e Guia de militares*<sup>1</sup> [1727] do padre dominicano espanhol Marcos Salzedo.<sup>2</sup> A referida obra<sup>3</sup> está localizada junto ao acervo de obras raras da *Bibliotheca Riograndense*, na cidade de Rio Grande. Este título e idêntica edição, fez parte da coleção particular do Brigadeiro José da Silva Paes,<sup>4</sup> o militar fundador do povoado do Rio Grande (no litoral sul do atual estado do Rio Grande do Sul). Embora se saiba que o Brigadeiro Silva Paes – de Lisboa para o sul da América lusa – tenha carregado diversos livros em campanha, formando a “biblioteca móvel que suportava a sua própria atividade profissional”,<sup>5</sup> não temos como afirmar

<sup>1</sup> Arquivo da Bibliotheca Riograndense (ABR), Setor de Obras Raras, *Norte de Capellanes. Guia de militares*. Obra muy útil para los RR. Padres Capellanes de los Regimientos, confesores, sacerdotes y para todo Militar y demais católicos. Compuesta por el Padre Fr. Marcos Salzedo, religioso de la Sagrada Ordem de Predicadores, Capelan maior em el Regimiento de Cavaleria de Moura y Serpa. Ofrecida al mui alto y poderoso senhor D. Juan V. el magnânimo, nuestro senhor, rei de Portugal. Lisboa Ocidental, em la Patriarcal impression de la musica, 1727.

<sup>2</sup> O frade Marcos Salzedo (ou Salcedo), foi um religioso dominicano, nascido de pais nobres, em Valência no ano de 1680. Tomou o hábito no Real Convento de Predicadores da mesma cidade em 15 de setembro de 1697. Uma vez ordenado sacerdote mudou-se para Portugal, onde garantiu o “emprego” de Capelão maior do Regimento de Moura e Serpa. A obra *Norte de Capelães*, teria sido por ele escrita e publicada em 1727 com a finalidade de instruir os capelães dos exércitos. Salzedo ainda vivia em 1739. Sobre estas informações biográficas, veja-se XIMENO, Vicente. *Escritores del Reyno de Valencia, chronologicamente ordenados desde el año año MCCXXXVIII [1238] de la Christiana conquista de la misma ciudad, hasta el de MDCCXLVIII [1748]*. Valencia: oficina de Joseph Estevan Dolz, impressor del S. Oficio, 1869, p. 265.

<sup>3</sup> Existem, em outros arquivos da Europa, outros exemplares desta obra. A Biblioteca Nacional de Portugal, por exemplo, guarda dois exemplares, um deles com a descrição no catálogo, indicando a procedência e serventia: “Notas impressas marginais. Pertenceu a Livraria do Convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa”. Disponível em: [http://porbase.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?session=S440296O74217.466900&profile=por-base&uri=link=3100027~!9077185~!3100024~!3100022&aspect=basic\\_search&menu=search&ri=1&source=~!bnp&term=Norte+de+capellanes+y+guia+de+militares+%3A+obra+muy+util+para+los+RR.+Padres+Capellanes+de+los+Regimientos%2C+Confesores%2C+Sacerdotes+y+demas+catholicos&index=ALTITLE](http://porbase.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?session=S440296O74217.466900&profile=por-base&uri=link=3100027~!9077185~!3100024~!3100022&aspect=basic_search&menu=search&ri=1&source=~!bnp&term=Norte+de+capellanes+y+guia+de+militares+%3A+obra+muy+util+para+los+RR.+Padres+Capellanes+de+los+Regimientos%2C+Confesores%2C+Sacerdotes+y+demas+catholicos&index=ALTITLE). Acesso em: 24 ago. 2015.

<sup>4</sup> Segundo Kühn, Silva, Comissoli: “José da Silva Paes, primeiro comandante militar do Rio Grande e primeiro governador de Santa Catarina, nasceu em Lisboa, no ano de 1679, filho de pais abastados, mas não nobres”. Foi casado com D. Maxima Teresa da Silva (ou de Brito); seu avô paterno havia sido Piloto de Navios da Carreira do Brasil, ou seja, exercia um ofício mecânico. Após desempenhar diversos serviços à Monarquia como engenheiro-militar em Açores, no Rio de Janeiro e em suas colônias anexas no sul, projetando e erguendo fortalezas, obras públicas e fundando povoados, Silva Paes retornou ao reino na década de 1750, já com idade avançada. Seu domicílio, na cidade de Lisboa, era um pequeno palacete, “com andar superior, com casa de moços, cocheira, cavaliária e capoeiras, com bons móveis, pratarias e uma biblioteca composta por 437 volumes”. KÜHN, Fábio; SILVA, Augusto da; COMISSOLI, Adriano. Trajetórias sociais e práticas políticas nas franjas do Império. *Revista História, Histórias*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 46-71, 2013, p. 63-64.

<sup>5</sup> ARAÚJO, Ana Cristina. Livros de uma vida: critérios e modalidades de constituição de uma livraria particular no século XVIII. *Revista de História das Ideias – O livro e a leitura*, v. 20. Coimbra, 1999, p. 158.

que o exemplar de *Norte de Capelães* que estamos nos valendo seja o mesmo que, de fato, lhe pertencia, uma vez que o “Acervo Silva Paes” da *Bibliotheca Riograndense* foi constituído posteriormente, a partir do arrolamento de obras declaradas no seu testamento.<sup>6</sup>

Para uma visão mais ampla e não unilateral dos modos de se perceber os militares, confrontamos a análise do livro religioso com as descrições destacadas no livro *Tratado da conservação da saúde dos povos* (1756),<sup>7</sup> do médico português Antônio Nunes Ribeiro Sanches,<sup>8</sup> especialmente as do capítulo XXI, *Da causa das doenças dos soldados*. Analisar determinados discursos, religiosos ou não, contidos em livros escritos no século XVIII, implica compreender o processo de constituição destes discursos e destas obras num dado momento histórico e suas condições de circulação.<sup>9</sup>

Desse modo, o que fazemos é analisar possíveis representações presentes nos textos e propagadas na escrita destes autores sobre os modos de ser e as funções dos capelães e dos militares, considerando que tais representações não significavam homogeneidade das ações destes grupos nas práticas sociais.<sup>10</sup> Associamos os discursos religiosos e morais tanto ao contexto de produção/publicação/circulação – Portugal, século XVIII – quanto ao contexto rio-grandino do setecentos. Portanto, cumpre dizer que os discursos e as possíveis representações<sup>11</sup> construídas e constatadas – pela problemática de pesquisa – nestes documentos escritos não eram, evidentemente,

<sup>6</sup> Agradecemos ao professor Fábio Kühn pela advertência.

<sup>7</sup> SANCHES, Ribeiro. *Tratado da Conservação da saúde dos povos*: obra útil e igualmente necessária aos Magistrados, Capitães Gerais, Capitães de Mar e Guerras, Prelados, Abadessas, Médicos e Pais de Família. Paris / Lisboa: Bonarde e Du Beux, 1756.

<sup>8</sup> Médico formado pela Universidade de Salamanca em 1719, Sanches permaneceu pouco tempo em Portugal, deixando o Reino em 1726, passando pela Inglaterra, França, Holanda e Rússia. Na obra *Tratado da conservação da saúde dos povos*, ele procurou fornecer condições objetivas para a manutenção da saúde dos súditos. Ver mais em ABREU, Jean Luiz Neves. Higiene e conservação da saúde no pensamento médico luso-brasileiro do século XVIII. *Asclepio, Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia*, v. LXII, n. 1, jan./jun. 2010, p. 225-250.

<sup>9</sup> CHARTIER, Roger. *Inscrever & apagar*: cultura escrita e literatura, séculos XI-XVIII. São Paulo: Ed. Unesp, 2007, p. 11.

<sup>10</sup> CHARTIER, Roger. *Do palco à página*: publicar teatro e ler romances na época moderna (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002, p. 114. É possível que as ideias lançadas pelos autores dos livros não tenham sido lidas, ou que tenham sido apropriadas, nas práticas sociais, de modo parcial ou diverso. Todavia, a identificação de tais apropriações (ou mesmo as leituras feitas) não é o objetivo deste texto. Portanto, não consideramos e nem presumimos possibilidades de potenciais leitores se identificarem como um “leitor-simulacro” do discurso apresentado.

<sup>11</sup> Roger Chartier, apoiado em Louis Marin e Paul Ricoeur, realizou novas reflexões sobre o conceito de representação. Para Chartier, a noção de representação “não está longe do real nem do social. Ela ajuda os historiadores a desfazerem-se de sua ‘muito podre ideia do real’, como escreveu Foucault, colocando o centro na força das representações”. Elas “possuem uma energia própria, e tentam convencer que o mundo, a sociedade ou o passado é exatamente o que elas dizem que é”. Entende ainda, com Marin, “o funcionamento reflexivo da representação”, nos textos, como “o conjunto dos dispositivos discursivos e materiais que constituem o aparato formal da enunciação”; e entende, com Ricoeur que a representação possui “uma dimensão transitiva (toda representação representa algo, ou seja, para a história, os esquemas de percepção e de apreciação que os atores históricos mobilizam para construir as identidades e os vínculos sociais), e uma dimensão reflexiva (toda representação se dá de tal maneira que representa algo e, no caso do saber histórico, fazendo-o adequadamente)”. CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011.

apenas construções teóricas e estéticas significantes para os seus autores, mas eram também compartilhadas por uma sociedade, por no mínimo uma parcela de uma instituição (a Igreja) e por determinados grupos religiosos e médicos, num dado período histórico. Ainda que fossem imagens do social significativas apenas para um indivíduo (o autor de cada obra), dever-se-ia considerar que tais ideias escritas foram pensadas, imaginadas e construídas numa dada sociedade, a partir de crenças e experiências coletivas. Portanto, neste trabalho, analisamos enunciados de livros publicados no século XVIII como fontes históricas privilegiadas para o estudo de questões ligadas a aspectos da vida de soldados e capelães na Europa, comparando-as a outras representações de soldados e capelães no sul da América lusa, exemplificando aspectos de vida militar e religiosa, e estabelecendo relações possíveis com o contexto do povoado/vila do Rio Grande.

Cotejando os discursos e as prescrições das obras com a historiografia sobre os modos de vida dos primeiros colonizadores (militares, religiosos, algumas poucas mulheres, escravos e comerciantes), buscamos fugir das armadilhas da fonte escrita e de sua capacidade de demonstrar ao historiador determinada versão do social que não corresponde às práticas vivenciadas pelos sujeitos. Em nosso caso, atentamos para as semelhanças ou diferenças entre o escrito e o vivido, entre a norma e o observado, entre o aspirado e o experienciado, de modo a buscar contribuir com o conhecimento historiográfico sobre os modos de ser militar e de ser capelão no sul da América lusa setecentista.

Feita esta breve introdução e consideração teórico-metodológica, cumpre dizer que organizamos o texto da seguinte forma: primeiro, apresentamos o povoado e a vila do Rio Grande, destacando seu processo de fundação, a constituição humana, os projetos coloniais e aquilo que se enunciou como realidade vivenciada pelos primeiros colonos; em seguida, atentamos para os modos de vida dos soldados da Comandância Militar do Rio Grande e suas reivindicações diante da precariedade das condições de subsistência e de trabalho; depois, identificamos a estrutura religiosa e os sujeitos religiosos presentes no povoado em suas primeiras décadas, responsáveis pelo atendimento espiritual dos povoadores; e finalmente, destacamos as representações construídas sobre os modos de ser capelão e de ser militar, a partir da análise do discurso das duas obras contemporâneas já citadas: uma delas, religiosa, *Norte de Capelães, Guia de militares* (1727), do frade dominicano espanhol Marcos Salzedo (1680-17??), e a outra, o *Tratado da conservação da saúde dos povos* (1756), do médico português Antonio Nunes Riberio Sanches (1699-1783).

## O povoado e a vila do Rio Grande

A ocupação das terras que ficavam entre Laguna, em Santa Catarina, e a Colônia do Sacramento foi um projeto cogitado várias vezes pelos portugueses, de modo a criar um baluarte estrategicamente melhor colocado na defesa da povoação

lusa no Prata. Pode-se dizer que o povoamento na Barra do Rio Grande está ligado a fundação, em janeiro de 1680, pelo mestre de campo Manuel Lobo, da Colônia do Sacramento, em estratégico local situado na atual cidade uruguaia de Colônia, junto ao Rio da Prata e distante 48 quilômetros de Buenos Aires. O controle do Rio da Prata<sup>12</sup> significava a intervenção na circulação, pelos rios Paraguai e Paraná, da prata de Potosi (Alto Peru).<sup>13</sup> Controlar a navegação atlântica no Rio da Prata também possibilitava a colocação de produtos manufaturados e de escravos nos centros consumidores da economia mineradora.

A intenção dos portugueses ao ocuparem o território era também se aproveitar das potencialidades econômicas dessas terras sulinas.<sup>14</sup> Nesse sentido, várias narrativas se referiram à incorporação de tal território ao império lusitano na América. Foi o caso de Manuel Jordão da Silva, aventureiro português que, ao final do século XVII, fez propostas ao rei de incumbir-se da colonização naquela região meridional, propondo-se a povoar o Rio Grande, considerado como a “terra de promessa”.<sup>15</sup> Já em 1703, Domingos da Filgueira elaborou um roteiro de como viajar por terra de Laguna até Sacramento, no qual enaltecia a quantidade de caça existente naquelas terras, garantindo uma jornada rica em carne e sem o risco da fome.<sup>16</sup> Pouco depois, ainda nos primórdios do setecentos, o militar português Francisco Ribeiro afirmava que naquelas terras, pela grandeza, comodidade, riqueza e fertilidade, se poderia fazer um reino muito maior que o de Portugal, destacando a excessiva quantidade de gado e dando instruções para o estabelecimento das fortificações e das povoações, além de indicar a conveniência do envio de moradores para a prática da agricultura.<sup>17</sup> Mais tarde, em 1721, o sargento-mor Manuel Gonçalves de Aguiar considerou o Rio Grande como a melhor terra do Brasil, enfatizando a quantidade de gado, de caça e de pesca, onde seria conveniente fazer uma povoação para dar socorro à Colônia do Sacramento, embora houvesse dificuldades no acesso marítimo pela instabilidade da barra.<sup>18</sup> Além desses, vários outros projetos se referiam às riquezas do Rio Grande e

---

<sup>12</sup> O intuito lusitano era estender sua presença política e econômica até o Prata, integrando-o ao comércio português através do apressamento do gado. A partir de Laguna (povoação fundada em 1684) formou-se um eixo de comércio de gêneros com o interior platino e a comercialização de cavalos, mulas e gado chimarrão das planícies.

<sup>13</sup> SANTOS, Corcino Medeiros dos. *A Produção das Minas do Alto Peru e a Evasão de Prata para o Brasil*. Brasília: Thesaurus Editora, 1998, p. 189.

<sup>14</sup> Para uma síntese destas tentativas de controle português na região platina ver: GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2015, p. 161-166. O povoado do Rio Grande era estratégico para Portugal manter-se na Bacia do Prata, navegar pelos afluentes, “continuar com o farto comércio ilícito que lhe rendia a imprescindível prata” e “beneficiar-se da riqueza do gado bravo”. GARCIA, Fernando Cacciatore de. *Fronteira iluminada. História do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas (1420-1920)*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 114.

<sup>15</sup> Apud BARRETO, Abeillard. *Bibliografia sul-rio-grandense (a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul)*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1976, v. 2, p. 1280

<sup>16</sup> Apud CESAR, Guilhermino. *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul (1605-1801)*. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998, p. 51.

<sup>17</sup> Apud CESAR, Guilhermino. *Primeiros cronistas, Op. cit.*, p. 53-58.

<sup>18</sup> Apud BARRETO, Abeillard. *Bibliografia sul-rio-grandense, Op. cit.*, 1973, v. 1. p. 18.

à necessidade de povoá-lo, como forma de garantir a posse daquele território na fronteira com as possessões hispânicas. Levando em conta tais potencialidades econômicas e o valor estratégico da região, a Coroa lusa determinou a ocupação oficial daquelas terras, ato demarcado a partir da expedição chefiada por José da Silva Paes, estabelecendo o marco inicial em fevereiro de 1737.

Nessa linha, se passara da planificação à concretude. Para as autoridades metropolitanas e coloniais o fundamental era o estabelecimento de um ponto estratégico em terras sul-rio-grandenses, nas proximidades da barra do Rio Grande, única entrada possível, embora inconstante, ao longo da faixa litorânea. A questão essencial era implantar um sistema de fortificações para a defesa daquele território em litígio e, posteriormente, aproveitar as potencialidades econômicas. A construção de fortificações, na Barra do Rio Grande, tinha objetivo de garantir um espaço para apoio militar a Sacramento e também para o deslocamento de colonos que desejassem fugir ao cerco espanhol. Para promover a consolidação colonial e legitimar a posse, tornava-se necessário também o deslocamento de um contingente humano para a região. As condições de existência naquela novel colônia eram, entretanto, as mais difíceis, sendo oferecido um significativo manancial de dificuldades que homens e mulheres para lá enviados tiveram de enfrentar, contrastando com as visões paradisíacas presentes nas narrativas dos cronistas anteriores a 1737. Das narrativas se desprende o ambiente vivenciado pela comunidade humana que esteve presente nas terras gaúchas à época do nascedouro do Rio Grande.

Um clima inóspito, com verões escaldantes, úmidos e abafados e um inverno rigorosíssimo, com frio inclemente e chuvas constantes; um acesso marítimo dos mais dificultosos, que levaria o lugar a receber a pecha de barra diabólica; um horizonte estéril, que ficaria por muito tempo conhecido pelos constantes areais soltos, esvoaçantes e prontos a engolir o que estivesse pela frente; um sítio urbano considerado rudimentar, cheio de precariedades e habitações rústicas; um abandono quase que completo por parte das autoridades governamentais; a fome sempre muito próxima, tendo em vista os grandes obstáculos ao abastecimento; e os perigos iminentes em um território em litígio, no qual o inimigo se avizinhava.<sup>19</sup>

Ainda no primeiro ano da ocupação, para a execução do projeto de construção do complexo militar, que era urgente, a única mão de obra disponível eram os soldados, os poucos paisanos que acompanhavam a expedição e alguns escravos dos oficiais. Além das demais dificuldades, havia também o risco das hostilidades de parte dos índios tapes oriundos das Missões Jesuítico-guaranis.<sup>20</sup> Nessa época, os sol-

---

<sup>19</sup> ALVES, Francisco das Neves. Uma revolta militar e social no alvorecer do Rio Grande do Sul. In: POSSAMAI, Paulo César (Org.). *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Editora da UFPEL, 2010, p. 33

<sup>20</sup> QUEIROZ, Maria Luiza B. *A Vila do Rio Grande de São Pedro (1737-1822)*. Rio Grande: Editora da FURG, 1987, p. 53.

dados viviam miseráveis de roupas, correndo o risco de andarem nus, pois seus uniformes se acabavam nas fainas incessantes por pântanos e alagadiços. A alimentação chegou a ser racionada, consistindo essencialmente em porções de carne, pois o isolamento se agravava, com a obstrução da barra. O quadro de miséria se intensificava, faltando farinha, azeites, vinagres e roupas, passando mal os soldados, pela falta de vestimenta e alimentação inadequada diante das tantas intempéries. Assim, os soldados se deparavam com o isolamento, a solidão e o duro regime de trabalho, enquanto lutavam com as próprias forças para sobreviver às doenças, ao frio e à fome, tendo ainda de enfrentar a repressão dos comandantes, que tinham de manter a ordem e evitar as deserções.<sup>21</sup>

Dava-se então uma contradição entre o projeto militar e de aproveitamento das potencialidades econômicas e a alocação de um contingente humano na recém-fundada colônia. Tal perspectiva ficava bem expressa na correspondência enviada por André Ribeiro Coutinho,<sup>22</sup> comandante militar que substituiu o fundador Silva Paes, na qual ele definia a região conquistada como a “terra dos muitos”, pois, se havia muito gado, peixes, aves, frutas, hortaliças, madeiras; por outro lado, existia muito inseto, chuva, vento, frio, trovão, e, acima de tudo, muito trabalho, bem como muita falta de tudo o mais para vida e para o luxo.<sup>23</sup> Nesse contexto, o que acabava por prevalecer era o quadro de precariedade, pois se os fatores positivos dependiam da sazonalidade e dos recursos de exploração, os negativos eram bem mais constantes e efetivos. A ausência de infraestrutura, as intempéries da natureza e a possibilidade de atividades bélicas com os vizinhos do Prata não eram, na primeira metade do século XVIII, motivações para um povoamento espontâneo para Rio Grande, muito pelo contrário. A intervenção do poder público português, através de políticas de atração de colonos, como os açorianos (representativo a partir de 1752), foi fundamental para a consolidação de um núcleo urbano em crescimento.

Apesar de tantas dificuldades, a povoação viria a se desenvolver, agregando-se aos soldados novas levas populacionais, notadamente com a chegada de algumas mulheres, fator essencial para a fixação humana. Vale notar que a maior contribuição populacional para o povoamento no período de 1738 até 1749 foi dada por recrutas e por moças solteiras vindos do Rio de Janeiro, seguidos de contingentes de Minas Gerais, Bahia e São Paulo. Para José Honório Rodrigues,<sup>24</sup> o contingente carioca foi mais expressivo que o paulista, pois

---

<sup>21</sup> QUEIROZ, Maria Luiza B. *A Vila do Rio Grande de São Pedro*, *Op. cit.*, p. 50-53.

<sup>22</sup> Engenheiro, militar, poeta e memorialista, André Ribeiro Coutinho foi o segundo governador do Rio Grande. NEVES, Décio Vignoli das. *Vultos do Rio Grande: da cidade e do município*. Santa Maria: Pallotti, 1981, p. 55-60.

<sup>23</sup> Apud CESAR, Guilhermino. *Primeiros cronistas*, *Op. cit.*, p. 94-95. Nessa sociedade, as moradas não passavam de barracas de couro ou de ranchos cobertos de santa-fé. E havia a falta de tudo, de remédios, de igrejas, de tecidos, de cal, de pregos, de pedras, de ferro, de telhas, de madeira, de distrações, de moedas e de tijolos, além disso, o soldo das tropas nunca era pago em dia e, às vezes, levava anos para chegar. CESAR, Guilhermino. *Ocupação e diferenciação do espaço*. In: DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sergius (Orgs.). *RS: economia & política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, p. 7-28, 1979, p. 11.

<sup>24</sup> RODRIGUES, José Honório. *O Continente do Rio Grande*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 60.

o povo da Colônia do Sacramento que se transfere para o Rio Grande era, em grande parte, do Rio; os dragões que vão ao Presídio são também constituídos em boa parte de cariocas, especialmente recrutas mensalmente apreendidos nas ruas do Rio; as mulheres livres e desimpedidas, as *massuelas* e as moças são também colhidas no Rio de Janeiro.

Em 1744, a população era de aproximadamente 1.400 habitantes, sendo a metade constituída por soldados. O salto demográfico será dado com a colonização açoriana que terá acentuada relevância entre 1752 até 1763. Ela representou um acréscimo, em menos de cinco anos, de pelo menos 1.273 pessoas adultas.<sup>25</sup>

As décadas se passariam e o povoado chegaria à categoria de vila em 1751, com instalação da Câmara de Vereadores,<sup>26</sup> mantendo-se como o centro administrativo sulino até a invasão espanhola de 1763. Ainda que algumas providências tenham sido tomadas e o contingente populacional crescido, e certa estrutura urbana implantada, muitas das dificuldades originais continuaram a se fazer sentir, notadamente por causa das precariedades em torno do acesso marítimo pela barra do Rio Grande e pela continuidade da presença tão próxima dos adversários hispânicos. Assim, a conquista das terras do Brasil meridional, ao longo do século XVIII, em muito se deveu ao protagonismo e à ação dos soldados e colonos, enfrentando diversos obstáculos e intempéries.

## Soldados da Comandância Militar

A administração colonial lusa das terras do Rio Grande ocorria através da Comandância Militar, sendo os primeiros comandantes, respectivamente José da Silva Paes, André Ribeiro Coutinho e Diogo Osório Cardoso. Um grande aparato militar foi formado, pois além da Comandância, organizou-se o *Regimento de Dragões* (cavalaria e infantaria) e o Presídio Jesus-Maria-José, de modo que, as experiências sociais militarizadas eram intensas naquela incipiente formação urbana. A dimensão bélica introduzida por Silva Paes era grandiosa, com a presença de “armas de fogo contemporâneas” e “canhões e mosquetes utilizados nas guerras europeias”.<sup>27</sup>

---

<sup>25</sup> O insignificante número de famílias açorianas que se tornaram proprietárias de escravos até abril de 1763 (invasão espanhola) significa que nesta fase a mão-de-obra básica das pequenas propriedades – as chácaras ou sítios – que os casais açorianos partilharam com tios, primos, sogros, e outros casais, foi essencialmente livre, branca, açoriana; os açorianos constituíram a autêntica classe camponesa da sociedade rio-grandina deste período. A Vila do Rio Grande foi à porta de entrada da corrente açoriana que se deslocou da Ilha de Santa Catarina para o continente do Rio Grande.

<sup>26</sup> TORRES, Luiz Henrique. *Câmara Municipal do Rio Grande: berço do parlamento gaúcho*. Rio Grande: Salisgraf, 2001.

<sup>27</sup> GOLIN, Tau. *A Fronteira: 1763-1778. História da brava gente e miseráveis tropas de mar e terra que conquistaram o Brasil meridional*. Vol. 3. Passo Fundo: Méritos, 2015, p. 30.

Como destacado anteriormente, a penúria econômica contrastava com as promessas iniciais da Coroa que garantia aos povoadores e soldados toda a infraestrutura necessária à sua manutenção, e até mesmo, em alguns casos, a distribuição de terras, o que só ocorreria concretamente no caso dos militares de alta patente. Assim, a chegada ao Rio Grande, para alguns, poderia ser uma oportunidade de ascensão socioeconômica, notadamente no caso dos militares superiores e dos comerciantes, muito interessados nas possibilidades mercantis com as proximidades em relação ao Prata, mas, para a maioria dos soldados, era uma empreitada árdua, da qual, em grande parte dos casos, eles prefeririam evitar ou ver o seu período de serviço nas novas terras passar o mais brevemente possível.

Um dos fenômenos históricos que mais denotou esse quadro de precariedades, foi o espocar da Revolta dos Dragões, em janeiro de 1742. Em tal movimento, os soldados de vários regimentos, notadamente o de dragões, amotinaram-se, derrubando os superiores e ocupando seus cargos, sem deixar de manter a ordem no povoado, cumprindo todas as funções e, em termos gerais, sem visar uma ruptura com a Coroa lusa. A rebelião teve uma forte conotação social, já que a população civil não apenas apoiou, como participou ativamente do levante, o qual expressava plenamente a sua própria realidade. Nesse sentido, o povo foi um agente ativo nos distúrbios do Rio Grande, notadamente porque tal população e a soldadesca do povoado fundiam-se em um só corpo social, na medida em que eram do povo as mulheres, amantes, filhos dos soldados, e que constituíam, juntos, a quase totalidade da sociedade. Não havia segmentos intermediários, restando apenas a pauperização dos soldados, os quais contrastavam com a alta oficialidade.<sup>28</sup>

Tais rebeldes endereçaram ao governante de então uma representação, na qual narravam suas agruras. Eles reclamavam dos rigorosos castigos, das constantes mostras, contagens e reclusões e do tratamento violento e arbitrário destinado de parte dos superiores. Diziam que faltava pão de munição pela pouca prevenção que houvera, essencialmente com a carência de farinha, de maneira que a dieta de um soldado chegou a restringir-se a quinze espigas de milho e uma abóbora a cada quinze dias. Afirmavam ainda que se viam despidos e em suma miséria, com a falta de pagamentos e fardas. Reclamavam que as promessas originais de que poderiam usufruir de licenças ou serem substituídos por outros militares, podendo retornar aos seus lugares de origem, não foram cumpridas. Além dos maus tratos, denunciavam o desvio de dietas destinadas aos doentes no hospital, a condenação mediante apenas suspeitas e a impossibilidade de possuírem canoas para praticarem a pesca. Em síntese, os rebelados se apresentavam como ultrajados, sem desafogo algum e passando excessivas misérias, com a falta de vinte meses de soldo e três anos de fardas.<sup>29</sup>

Apesar de alguns dos participantes terem chegado a radicalizar, exigindo o atendimento de todas as suas reivindicações, havendo, inclusive, sugestões de debandada para o lado da Espanha, a Revolta dos Dragões foi pacificada notadamente a

<sup>28</sup> QUEIROZ, Maria Luiza B. *A Vila do Rio Grande de São Pedro*, *Op. cit.*, p. 73.

<sup>29</sup> ALVES, Francisco das Neves. Uma revolta militar e social, *Op. cit.*, p. 37-38.

partir da intervenção de Silva Paes, com a maioria dos soldados decidindo pelo abandono das armas. A repressão da Coroa aos amotinados, como era muito comum à época, não foi realizada tendo em vista exatamente a carência de quadros. Mas tal movimento, ao contar com o apoio da maior parte dos povoadores que compartilhavam com os soldados toda aquela sorte de privações e provações, dava a nítida impressão do quão difícil foi o estabelecimento humano nas terras sul-rio-grandenses. Junto a estes militares – de alta e baixa patente – e dos demais povoadores, estavam alguns religiosos a atender espiritualmente a pequena sociedade da época.

## Religiosos no povoado e na vila

Ao lado do comando militar, os sacerdotes gozavam de grande prestígio e consideração. Acompanhando Silva Paes estava o sacerdote secular Jerônimo Ferreira,<sup>30</sup> cujos serviços religiosos foram compartilhados com outros religiosos, ainda em 1737, com a chegada dos capuchinhos Frei Antônio de Perugia, pároco, e Frei Anselmo Castelvetro, vigário paroquial, ambos nomeados pelo bispo D. Antônio de Guadalupe.<sup>31</sup> Em 1740, a população devia respeito aos soldados “em segundo” lugar, pois “não se nega o primeiro aos sacerdotes”.<sup>32</sup> Nestas primeiras décadas após a fundação do Rio Grande, houve um incremento da vivência religiosa católica entre os habitantes da vila, uma vez que párocos eram dirigidos à região com maior constância, principalmente a partir da fundação de capelas e igrejas. Entre os anos de 1730 e 1750, Rio Grande ainda contou com a presença de outros religiosos: o missionário jesuíta Francisco de Faria e do vigário Manoel Francisco da Silva;<sup>33</sup> o padre Manuel Henriques, capelão da tropa de João Távora, vindo de São Paulo, sendo o primeiro a receber doações de terras,<sup>34</sup> o pároco José Carlos da Silva, nomeado 1º Vigário da Freguesia do Rio Grande em meados de 1739 e os capuchinhos Fr. Mariano de Piano e Fr. Sebastião de Pallanza, que substituíram os anteriores.<sup>35</sup>

A estes religiosos coube o atendimento espiritual da população local (baptismos, casamentos, confissões, extrema-unção, realização de missas, etc.), fossem civis

---

<sup>30</sup> Segundo Arlindo Rubert, o padre Jerônimo Ferreira, foi o capelão da expedição que veio ao Rio Grande do Sul acompanhando Silva Pais. Era presbítero secular, sendo “nomeado a 10 de fevereiro de 1737, com 8\$000 mensais de cõgrua, sendo confirmado pelo bispo do Rio de Janeiro, que lhe deu faculdade de altar portátil”. No dia 02 de março de 1737 “rezou a primeira missa diante do painel Jesus Maria José, do qual Silva Paes era muito devoto, ocasião em que propôs como padroeiros Jesus, Maria, José e mais São Pedro por se tratar do Rio Grande de São Pedro”. RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul*. Vol. 1. Porto Alegre: Edipuc, 1994, p. 56.

<sup>31</sup> SOARES, Silvio Moscoso. Igreja de São Pedro Apóstolo do Rio Grande: de Matriz à Catedral. In: ALVES, Francisco das Neves (Org.). *Cidade do Rio Grande: ensaios históricos*. Rio Grande: Ed. Furg, 2002, p. 22,23.

<sup>32</sup> *Ibidem*, p. 34.

<sup>33</sup> SOARES, Silvio Moscoso. Igreja de São Pedro Apóstolo do Rio Grande, *Op. cit.*, p. 30.

<sup>34</sup> NEVES, Décio Vignoli das. *Vultos do Rio Grande*, *Op. cit.*, p. 70.

<sup>35</sup> RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul*, *Op. cit.*, p. 159-161.

ou militares. O vigário Manoel Francisco da Silva, por exemplo, era “capelão militar”, especialmente designado para o atendimento espiritual do Regimento dos Dragões.<sup>36</sup> Mas o contato entre os primeiros governantes da povoação do Rio Grande – José da Silva Paes e André Ribeiro Coutinho – e os sacerdotes nem sempre foi harmônico.

Com a necessidade de fixação, apropriação, ordenamento do território e garantia de experiências espirituais católicas, fundou-se, inicialmente, uma capela no interior do presídio Jesus-Maria-José; posteriormente, construiu-se outra capela no Forte do Estreito, dedicada à invocação de Santa Ana,<sup>37</sup> sendo sede da paróquia até 1745. Ainda nesse período, foi construída, na povoação do Porto, uma igreja sob o orago de Nossa Senhora do Rosário, destruída após ser atingida por um raio em 1752.<sup>38</sup> Silvio Soares<sup>39</sup> cita ainda a existência de outra igreja, sob a proteção de Nossa Senhora da Lapa. No início dos anos 1750 deu-se início a construção de uma nova matriz, sob a proteção de São Pedro, concluída cinco anos depois.

Em termos de institucionalização da religião católica, a edificação de capelas e igrejas eram elementos fundamentais não apenas para a realização da liturgia cristã, mas também como espaço de sociabilidade e de aprendizagem dos princípios da fé por parte da população devota. O interior da igreja era o espaço em que fiéis poderiam se instruir nas máximas religiosas e nas considerações a respeito da eternidade da alma, da gravidade dos pecados, dos perigos da condenação, da brevidade da vida terrestre e do significado da morte.

Nesse sentido, havia à disposição dos rio-grandinos da época, algumas igrejas, capelas e imagens santas, ainda que em estado precário como foi possível depreender da documentação do período, analisada pela historiografia local. O fr. Antônio de Perugia possuía altar portátil que, pela facilidade de transporte, certamente facilitava a realização de missas em distintos locais.<sup>40</sup> Entre as décadas de 1730 e 1770, sabemos que, ao menos, a povoação/vila contou com o atendimento espiritual dos seguintes religiosos: Jerônimo Ferreira, Frei Antônio de Perugia, Frei Anselmo Castelvetrano, Manoel Henriques, José Carlos da Silva, Mariano de Piano, Sebastião de Pallanza, Francisco de Faria, Manoel Francisco da Silva, Frei Valério do Sacramento.<sup>41</sup>

---

<sup>36</sup> SOARES, Silvio Moscoso. Igreja de São Pedro Apóstolo do Rio Grande. *Op. cit.*, p. 28.

<sup>37</sup> A paróquia do Rio Grande foi estabelecida por provisão de 06 de agosto de 1736, com a invocação de Santa Ana, pelo bispo do Rio de Janeiro D. Fr. Antônio de Guadalupe, mas só foi efetivada a 28 de abril de 1738 com a chegada do primeiro pároco, Pe. José Carlos da Silva. RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul*, *Op. cit.*, p. 59.

<sup>38</sup> SOARES, Silvio Moscoso. Igreja de São Pedro Apóstolo do Rio Grande. *Op. cit.*, p. 25.

<sup>39</sup> *Ibidem*, p. 27, 34.

<sup>40</sup> O uso do altar portátil “na igreja era mais decente”, mas poderia ser utilizado em outros locais. RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul*, *Op. cit.* As missas dominicais nos regimentos militares eram celebradas com altar portátil devidamente adornado ou “com a possível decência dentro da melhor tenda ou casa”, a partir do qual “o capelão bendirá a água”. SALZEDO, Marcos. *Norte de Capelães*, *Op. Cit.*, p. 116.

<sup>41</sup> Sobre estes religiosos, ver RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul*, *Op. cit.*; e SOARES, Silvio Moscoso. Igreja de São Pedro Apóstolo do Rio Grande, *Op. cit.*

Perante as práticas religiosas desenvolvidas nos espaços de devoção destacados e o crescente fluxo de religiosos, é muito provável que algum livro religioso, similar ao *Norte de Capelães*, tenha sido útil a alguns sacerdotes, como Jerônimo Ferreira, Manoel Henriques ou José Carlos da Silva, instruindo-os a respeito do procedimento religioso junto aos grupos militares. O livro religioso aqui analisado, por exemplo, como orientação aos capelães para “guiar” os “militares” propunha-se ser “obra mui útil para os padres capelães dos Regimentos”, bem como para “confessores, sacerdotes e para todo militar e demais católicos”, tendo sido, notadamente, o próprio autor, o padre Marcos Salzedo, “capelão maior no Regimento da Cavalaria de Moura e Serpa”.<sup>42</sup>

Embora os dois primeiros governantes da povoação, José da Silva Paes e André Ribeiro Coutinho, católicos e devotos, tenham se empenhado em manter e controlar o atendimento espiritual dos fiéis, especialmente dos militares do presídio, nem sempre tiveram respostas positivas dos religiosos. Silva Paes escrevia, em 1737, ao Fr. Antônio de Perugia, que se encontrava na povoação do Estreito, destacando “a necessidade que há dele na fortaleza para o atendimento dos soldados”, incitando-o a voltar à fortaleza “onde há tanta gente para atender”;<sup>43</sup> no ano seguinte, André Ribeiro Coutinho, escrevia ao mesmo frade “para desobrigar os soldados em perigo”.<sup>44</sup> A resposta do fr. Perugia às solicitações de atendimento aos soldados foi a de que “não vieram como capelães da expedição, mas para atender os povoadores”.

## Representações de soldados e capelães no século XVIII

Ao destacar determinadas representações de soldados e capelães no século XVIII, a partir de duas obras publicadas na época, uma religiosa e outra médica, pretendemos evidenciar como foram construídos específicos modos de ser soldado e modos de ser capelão. Além de apresentar um e outro, procuramos conjugar, na análise, a relação entre ambos os grupos, as referências às suas funções e suas imbricações sociais. Uma delas, por exemplo, está na apresentação dos capelães como tendo diferentes funções nos regimentos e os soldados como possuidores de inúmeras necessidades médicas e espirituais. Começemos com os soldados.

Na América platina do início do século XVIII, havia escassez de soldados e, como já destacamos, as condições gerais para o exercício da atividade militar eram extremamente precárias. O historiador Paulo Possamai<sup>45</sup> ao analisar a guarnição da

<sup>42</sup> XIMENO, Vicente. *Escritores del Reyno de Valencia, Op. cit.*, p. 265.

<sup>43</sup> RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul, Op. cit.*, p. 160.

<sup>44</sup> *Ibidem*, p. 160. A resistência dos frades Antônio de Perugia e Anselmo Castelvetro em atender às solicitações de Silva Paes e de Ribeiro Coutinho deve ser compreendida a partir exaltação de ânimos provocada por um desentendimento sobre os limites e possibilidades de autonomia e decisão entre os poderes que eles representavam, o temporal e o espiritual.

<sup>45</sup> POSSAMAI, Paulo César (Org.). *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Editora da UFPEL, 2010, p. 14.

Colônia do Sacramento, por exemplo, destacou que era muito comum ocorrerem deserções dos soldados e que para garantir a presença militar permanente a Coroa lusa enviou casais, de tal modo que além de mostrarem como potenciais povoadores, eram “enquadrados no sistema militar”.

Em geral, no Brasil Colonial, segundo Possamai homens de diversos grupos sociais eram recrutados compulsoriamente (operários, comerciantes, mendigos e até presos) e havia queixas constantes a respeito dos soldados, considerados incapazes, desobedientes e inúteis.<sup>46</sup>

Em 1718, o governador [da Colônia do Sacramento] Manuel Gomes Barbosa queixava-se ao vice-rei do Brasil que muitos dos seus soldados eram aleijados e doentes. Escreveu também à Coroa sobre a grande quantidade de desertores que resultava da má qualidade da tropa, composta por soldados novos e ‘mulatos’, sendo em sua maioria ‘degredados, uns por ladrões e outros por vários crimes’.<sup>47</sup>

Na literatura médica de Ribeiro Sanches (1756), os soldados eram aqueles que em campanhas, guarnições e quartéis estavam eminentemente expostos a doenças diversas, nos seus serviços de guarda, ronda ou patrulha, expostos aos “ardores do sol” ou aos excessos de chuva. Aqueles que estavam em campanhas, acomodados em apertadas barracas, “todos sabem os ardores que experimentam então os soldados”,<sup>48</sup> expostos ao calor, à umidade e a todas as conseqüentes doenças daí decorrentes. Feridas, fraturas e deslocções eram alguns dos problemas tidos como frequentes. Além disso, “a umidade das barracas, dos vestidos, dos sapatos” era mais recorrente, de modo que “dormir e estar exposto ao sereno e aos orvalhos” – “às vezes obrigados (...) a dormirem por terra, úmida e molhada” – eram alterações que aumentavam as possibilidades de enfermidades e doenças.<sup>49</sup> No povoado do Rio Grande, os alojamentos das trocas eram alguns dos problemas enfrentados, a ponto de Silva Paes contar, em 1737, que “o cômodo dos oficiais aqui é em barracas. Procurarei ir-lhes fazendo cobertos de capim, para assim ficarem mais abrigados neste inverno”.<sup>50</sup>

Além de todas as dificuldades estruturais de manutenção dos militares, ser soldado significava correr riscos de saúde perfeita e aumento das possibilidades de morte:<sup>51</sup> devido à guerra, aos ferimentos decorrentes do combate ou a doenças diver-

---

<sup>46</sup> Havia generalizada “falta de apreço pelos soldados”, especialmente os brasileiros. Os recrutas acabavam sendo negados para o serviço militar, vistos como preguiçosos, fracos, “gente indesejável” e de “baixa qualidade”. POSSAMAI, Paulo. *Gente de guerra e fronteira*, *Op. cit.*, p. 16-19.

<sup>47</sup> *Ibidem*, p. 17.

<sup>48</sup> SANCHES, Ribeiro. *Tratado da Conservação da saúde dos povos*, *Op. cit.*, p. 156.

<sup>49</sup> SANCHES, Ribeiro. *Tratado da Conservação da saúde dos povos*, *Op. cit.*, p. 159-160. Em 1736, o Brigadeiro Silva Paes relatava em carta a Gomes Freire de Andrada a condição da sua infantaria, na região platina, como “inábil pelos frios e pelas doenças”. GOLIN, Tau. *Op. Cit.*, p. 27.

<sup>50</sup> GOLIN, Tau. *A Fronteira: 1763-1778*, *Op. cit.*, p. 35.

<sup>51</sup> Em Portugal, as causas das mortes mais comuns de soldados em tempo de guerra, no século XVIII,

sas – febres, disenterias, inflamações, esquinências, tosses, tosses convulsivas, reumatismos, inflamações dos olhos, catarros, esquinências, pleurises, peripneumonias, inflamações nos rins. Além disso, estavam sujeitos a terem seus ossos descobertos e a adquirirem feridas abertas, principalmente por tiros de bala, a partir do qual o corpo vinha a “cariar” (sic), mesmo nos hospitais, com facilidade.<sup>52</sup>

Os soldados eram os sujeitos que viviam em “estado iminente da morte” ainda que “longe do inimigo”.<sup>53</sup> Para os casos das tantas doenças que podiam atingir os homens em serviço militar, considerava-se que “o melhor remédio” eram as bebidas alcoólicas, ingeridas “com moderação”, uma vez que o consumo de vinho e aguardente era bastante comum. No mais, soldados viviam “ordinariamente”, alimentando-se precariamente (farinha podre, pão mal cozido), realizando “marchas forçadas”, passando por grandes calores, mas principalmente, segundo a tese de Sanches, a respirar ares embebidos de “bafo”, de “vapores do fumo”, da “transpiração da pele humana”, das “partículas das feridas” e dos excrementos dos enfermos.<sup>54</sup>

Soldados deviam obedecer a regras e seguir a estrita disciplina, exercitando-se e marchando desde o nascer do sol, embora Sanches defendesse que para “o serviço militar” seria mais conveniente que todo e qualquer “trabalho militar” iniciasse “antes de nascer o sol”. O castigo vinha àqueles que deitavam nas marchas, pelos caminhos ou nas “relvas”, ou que dormiam fora das barracas. Em serviço, os soldados viviam amontoados nas barracas, geralmente entre oito e doze indivíduos em cada uma. A indicação para a garantia do conforto e da salubridade, estava em cobrir o chão da barraca com palhas, ramos, feno ou tábuas para servir de cama.<sup>55</sup>

No inverno europeu, soldados sentinelas usavam capotes, já para as estações quentes, Sanches defendia que se fosse dado aos soldados “chapéus forrados de barretes de couro” para defender “a cabeça admiravelmente dos raios ardentes do sol”,<sup>56</sup> do mesmo modo que roupas de couro ou de peles curtidas. Tais roupas podiam ser de peles de cabra ou carneiro, forradas em branco. Sanches<sup>57</sup> também destaca, não sem crítica, as vestimentas dos soldados por seu caráter supérfluo e não utilitário: “O império da moda se estendeu ainda àqueles que não devem ter outra destinação que defender a sua pátria. Vemos hoje todos os regimentos vestidos e fardados à francesa, mais por costume [do] que por ciência militar”. As roupas com “esponjas inúteis”, excesso de panos, pregas nas casacas, abas inúteis, “mangas desgarradas”, serviam para a moda, o luxo e o adorno, e não, para “defender o corpo do frio” ou do calor.

---

eram: por consequências bélicas (guerra, treinos militares, construções), por guerra direta (ataques, confrontos, assaltos), por guerra indireta (feridos, deslocamentos, viroses), por treinos militares (queda de cavalos, coices, transporte de armas e pólvora), por construções (muralhas, equipamentos militares), ou por outros motivos (afogamentos, tempestades, etc). BORGES, Augusto Moutinho. *Reais hospitais militares em Portugal (1640-1834)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2009, p. 47.

<sup>52</sup> SANCHES, Ribeiro. *Tratado da Conservação da saúde dos povos, Op. cit.*, p. 166.

<sup>53</sup> *Ibidem*, p. 163.

<sup>54</sup> *Ibidem*, p. 165.

<sup>55</sup> *Ibidem*, p. 168-175.

<sup>56</sup> SANCHES, Ribeiro. *Tratado da Conservação da saúde dos povos, Op. cit.*, p. 170.

<sup>57</sup> *Ibidem*, p. 177.

Na prática, no entanto, os soldados não possuíam vestimentas adequadas ou era muito precário o suprimento de fardas e paramentos. O padre Salzedo,<sup>58</sup> reclamava os “vestidos e demais bens dos defuntos”, pois uma vez falecido algum soldado, era comum outros tomarem e usurparem suas roupas.

O médico Sanches preocupava-se com o calor e o frio aos quais os soldados estavam expostos: “Ainda que em Portugal e nos seus dilatados domínios, poucas precauções sejam necessárias contra a severidade do frio, poderá suceder que pelo dilatado sítio de sua praça, ou outra qualquer, importante operação militar, seja necessário que o exército fique por todo o inverno em campanha”.<sup>59</sup> Além do clima, em marchas ou serviços no campo, os soldados sofriam carregando armas pesadas, “bandoleiras” e mochilas, fato que levou Sanches a considerar aspectos como fadiga, suor e cansaço do “pobre” e “miserável soldado”.<sup>60</sup>

Nota-se, portanto, que as atividades exercidas pelos soldados eram acompanhadas de reconhecidas dificuldades e que a atividade militar trazia consigo determinada aversão social. O recrutamento compulsório, por exemplo, era uma das maneiras eficazes de “desembaraçar-se de alguma pessoa inconveniente”,<sup>61</sup> mas nem sempre aceito sem protestos ou determinadas representações a autoridades competentes. Conforme demonstrou Possamai, soldados do Rio Grande solicitaram licenças para tratar de interesses particulares, visto que o recrutamento militar soava como conspiração, denúncia e castigo:

Por provisão real de 30 de janeiro de 1738, José Inácio da Fonseca, cabo de esquadra dos dragões do Rio Grande, conseguiu licença de um ano a fim de voltar a Portugal para resolver negócios pendentes. Queixava-se de que, indo de Lisboa para o Rio de Janeiro, ‘por companheiro de José Judice, com várias fazendas para o seu negócio, por algumas desavenças que houve entre um e outro, na matéria da sociedade, em o dia desta, lhe maquinou o malsiná-lo para soldado, e com efeito assim o conseguiu’. Em 1742, Manuel Tavares da Silva, soldado dragão da mesma guarnição, representou ao Brigadeiro José da Silva Pais ‘que ele suplicante veio potenciosamente [sic] das Minas, por pessoa sua inimiga, que avilosamente [sic] lhe maquinou a destruí-lo’.<sup>62</sup>

Ser soldado, em Portugal e na América portuguesa, do século XVIII significava, em suma, estar submetido a precárias condições de vida, iminência de doenças e morte e “difíceis privações, muitas vezes sem alimentação e vestuário suficientes e com seus soldos constantemente em atraso”.<sup>63</sup>

<sup>58</sup> SALZEDO, Marcos. *Norte de Capelães*, *Op. cit.*, p. 105.

<sup>59</sup> SANCHES, Ribeiro. *Tratado da Conservação da saúde dos povos*, *Op. cit.*, p. 171.

<sup>60</sup> *Ibidem*, p. 169.

<sup>61</sup> POSSAMAI, Paulo César (Org.). *Gente de guerra e fronteira*, *Op. cit.*, p. 20.

<sup>62</sup> POSSAMAI, Paulo César (Org.). *Gente de guerra e fronteira*, *Op. cit.*

<sup>63</sup> *Ibidem*, p. 21.

Passemos, agora, a analisar as representações do capelão, a partir de sua relação com os militares. O capelão, especialmente aquele que acompanhava os exércitos, era o religioso responsável pelo “pasto espiritual” e a “boa direção das consciências militares”. Em geral, o capelão militar deveria ser capaz de “suportar o trabalho que acarretam as campanhas”, ser literato (ou seja, escrever com qualidade), possuir licença de seu Diocesano para a administração dos sacramentos e ter bons costumes.<sup>64</sup> Os capelães assumiam a responsabilidade de moderar “as liberdades militares”, repreendendo o vício, sustentando a “verdadeira educação” e promovendo a virtude dos sujeitos. Sendo “língua do céu” e “intérprete da mente Divina”, o capelão deveria acariciar os fracos, alentar os covardes, atrair os desencaminhados e corrigir e castigar os insensíveis.<sup>65</sup>

Eram diversas as funções a serem desempenhadas pelos capelães que acompanhavam os regimentos, resultando em atitudes e comportamentos que deviam ser observados com atenção. Impedir males, escândalos, aventuras e pecados públicos eram prerrogativas a que os capelães estavam “obrigados”.<sup>66</sup> Entre estes males estava a presença de “mulheres públicas”, de “má vida” que ingressavam nos regimentos ou fingiam matrimônio com soldados – “como acontece muitas vezes nos exércitos” –, motivo pelo qual, o capelão devia estar vigilante. O soldado que mantivesse mancebas deveria ser advertido por três vezes e caso a emenda não fosse realizada, o capelão deveria executar “a ordem de severidade, valendo-se para o castigo, se necessário for, do braço Real”.<sup>67</sup>

O capelão teria a seu cargo, também, a “obrigação de aliviar o afligido”, nesse caso, o soldado que estivesse enfermo. Nesse sentido, estavam expressas algumas destas obrigações dos capelães, como a de “acudir à urgente necessidade” e com “toda pontualidade” àqueles que, doentes, necessitavam de auxílio para alívio de suas moléstias. Do contrário, o capelão seria um “cura omissa” no bem espiritual de suas ovelhas, podendo deixar o cristão morrer sem sacramentos e vir a ser castigado por Deus com grave enfermidade.<sup>68</sup> O capelão do regimento era considerado o “médico graduado em Deus”, responsável por “dar saúde”, conservar ou fomentar saúde às almas enfermas. Mesmo aos mortos, cabia restituir as almas à vida, vivificando-as “em espírito”.<sup>69</sup>

Havia talvez determinados capelães que não conseguiam administrar com sucesso a graça cristã aos enfermos antes de sua morte, mas poderiam investir nos sufrágios. A intenção era que os soldos franqueados aos soldados que morressem em

---

<sup>64</sup> SALZEDO, Marcos. *Norte de Capelães, Op. cit.*, p. 64, 74.

<sup>65</sup> *Ibidem*, p. 74, 82-83.

<sup>66</sup> *Ibidem*, p. 98-99.

<sup>67</sup> *Ibidem*, p. 99, 100.

<sup>68</sup> A historiadora Mara Nascimento destacou que, entre os católicos, no período moderno, o pároco – enquanto personagem intermediário eleito pela Igreja – era aquele que consolava os sujeitos angustiados e doentes e possuía legitimação dessa função como uma verdadeira especialidade. NASCIMENTO, Mara Regina do. No culto aos mortos, as memórias e as sensibilidades urbanas. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá, v. V, n. 15, p. 131-144, jan. 2013, p. 137.

<sup>69</sup> SALZEDO, Marcos. *Norte de Capelães, Op. cit.*, p. 83.

serviço – chamado por Marcos Salzedo<sup>70</sup> como “bem de alma” – fosse utilizado para celebração de missas como sufrágios.

Os capelães dos regimentos deveriam promover todo o consolo espiritual necessário aos soldados enfermos, rogando e suplicando a Deus com grande fervor e devoção, pelo restabelecimento da saúde do sujeito enfermo, pois Deus estaria sempre pronto para a promoção do alívio e do consolo necessários. Portanto, aos soldados, os capelães deveriam acudir com os remédios da alma (assistência espiritual), mas também do corpo (assistência corporal), a partir do primeiro aviso que tivessem sobre qualquer acidente ou enfermidade.<sup>71</sup> A identificação entre a promoção, por parte dos religiosos, de assistência espiritual e corporal não era novidade no pensamento católico e na prática da atuação social dos religiosos. No século XVII, segundo a historiadora Eliane Cristina Deckmann Fleck, “os jesuítas acreditavam numa certa predestinação para sua atuação como médicos do corpo e da alma, o que lhes conferia uma presumida imunidade face ao inevitável contágio em tempos de peste”,<sup>72</sup> especialmente no contato com o “outro”, como asiáticos, indígenas e soldados.

Ainda no final do século XVIII, quando era publicada a obra *Medicina Theológica* [1794], do médico luso-brasileiro Francisco de Melo Franco, estas identificações entre a medicina e a religião estavam fortemente ligadas, muito embora Franco tenha sido criticado à sua época, por suas ideias de que “apenas o médico conhecia os meios de curar as doenças, inclusive aquelas relacionadas com os desvios da alma”.<sup>73</sup>

Oferecer os sacramentos, especialmente da confissão e comunhão, era considerado medida fundamental para o doente prevenir-se das tentações demoníacas: “Exortará o capelão ao enfermo para que receba logo os sacramentos da confissão e comunhão, pois prevenido e preparado com tal medicina, vencerá as sugestões do demônio”.<sup>74</sup> Importante lembrar que os sacramentos, no entendimento do Concílio de Trento, eram símbolos de coisas sagradas e formas visíveis da graça invisível, cuja

---

<sup>70</sup> Ibidem, p. 75.

<sup>71</sup> Essa atribuição médica aos religiosos, ou vinculação entre religiosidade e práticas curativas, também foi verificada nas práticas dos jesuítas em contato com os povos indígenas na América espanhola do século XVII, conforme estudos da historiadora Eliane Fleck. Segundo Fleck, os missionários justificavam a difusão de práticas de caráter mágico “pela ausência de remédios, pela ‘*debil medicina*’, ou pela sua condição de ‘*médicos no solo de sus cuerpos, pero también de sus almas*’” (grifos da autora). FLECK, Eliane Cristina D. ‘A morte no centro da vida’: reflexões sobre a cura e a não-cura nas reduções jesuítico-guaranis. *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, v. 11 (3), p. 635-60, set./dez. 2004, p. 654.

<sup>72</sup> FLECK, Eliane Cristina D. ‘A morte no centro da vida’, *Op. cit.*, p. 654.

<sup>73</sup> ABREU, Jean Luiz Neves. *O corpo, a doença e a saúde: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006, p. 100. Declarava Franco no primeiro capítulo intitulado “*Os senhores confessores devem ser chamados médicos do homem e não só do seu espírito*”, o seguinte: porque ser médico, quer dizer, um sujeito que examina seu enfermo com cuidado, combina com atenção as circunstâncias da culpa, julga da sua causa com inteireza, ensina com brandura quanto o penitente deve fazer para evitar seus pecados, prescreve os remédios necessários para os evitar e mesmo procura com afeto estes remédios. FRANCO, Francisco. *Medicina Theológica*, p. 7. Apud. SANTOS, Eugênio. O homem português perante a doença no século XVIII: atitudes e receituário, *Revista da Faculdade de Letras*, História, II série, v. 1, p. 187-201, 1984, p. 191.

<sup>74</sup> SALZEDO, Marcos. *Norte de Capelães*, *Op. cit.*, p. 129.

virtude era santificar os indivíduos quando se fazia uso deles.<sup>75</sup> Morrer sem o sacramento da confissão era, no período colonial, extremamente grave para todo e qualquer cristão. Capistrano de Abreu, em *Capítulos de História Colonial*, ao se referir às bandeiras paulistas que saíam em direção ao sertão para prender e escravizar indígenas, destacou a importância atribuída à presença do capelão, citando a escrita de Domingos Jorge Velho em 1692:

meu capelão saiu para fora estando eu para sair para a campanha (...), manei-o buscar; não quis vir; de necessidade busquei o inimigo; sem ele morreram-me três homens brancos sem confissão, cousa que mais tenho sentido nesta vida; peço-lhe pelo amor de Deus me mande um clérigo em falta de um frade, pois se não pode andar na campanha e sendo com tanto risco de vida sem capelão.<sup>76</sup>

Note-se que a presença de um religioso acompanhando grupos com missões em risco de morte (bandeirantes, soldados) era fundamental, e sua ausência poderia acarretar temores e culpas entre os leigos.<sup>77</sup>

A fundamental presença do religioso pode ser atestada, segundo a obra do dominicano Marcos Salzedo,<sup>78</sup> no argumento em defesa da importância do papel dos religiosos: limpeza da consciência, confissão e demais cuidados com a alma. A primeira obrigação do capelão seria cuidar do “remédio das almas”, e apenas depois solicitar as “medicinas do corpo”. Acompanhar os soldados era prerrogativa básica dos capelães dos regimentos e cuidar dos enfermos e dos feridos era uma função primordial, reconhecida pela Igreja e pelos oficiais do comando.<sup>79</sup> Quando o capelão já houvesse confessado e ministrado os sacramentos aos soldados feridos, lhes assistiria com as medicinas corporais. Após a consolação dos feridos, dever-se-ia buscar os remédios e solicitar a medicina, mas as “suaves palavras” do religioso eram consideradas demasiadamente importantes para alimentar a paciência, a resignação e a tolerância às dores físicas.<sup>80</sup>

---

<sup>75</sup> O conceito de sacramento a partir das determinações de Trento, entre outros conceitos católicos, está disponível em <http://www.montfort.org.br/old/documentos/trento.html>. Acesso em: 6 set. 2015.

<sup>76</sup> ABREU, Capistrano. *Capítulos da história colonial*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009, p. 90. Disponível em <http://books.scielo.org>. Acesso em: 12 set. 2015.

<sup>77</sup> Além disso, vale ressaltar que na América lusa, o cargo de capelão ganhou certo prestígio notadamente a partir da expulsão dos holandeses do Nordeste, em 1654, quando foram, então, retomadas as atividades missionárias pelo “sertão”. MELLO, Marcia Eliane Alves. As Juntas das Missões Ultramarinas na América Portuguesa (1681-1757). Anais da V Jornada Setecentista, Curitiba, 26 a 28 de novembro de 2003, p. 406.

<sup>78</sup> SALZEDO, Marcos. *Norte de Capelães*, *Op. cit.*, p. 269.

<sup>79</sup> Em *Norte dos Capelães* não foram poupados ensinamentos sobre pródigas práticas espirituais aplicadas aos doentes, exemplificando curas realizadas a partir da fé, como casos de milagres, a partir do uso da língua para limpar e curar chagas na pele, e também a partir da realização do sinal da cruz sobre o peito do enfermo como meio santificado para que o mesmo, em pouco tempo, lograsse saúde perfeita. *Idem*, p. 145-146.

<sup>80</sup> *Ibidem*, p. 275.

Quando qualquer pessoa percebesse a gravidade da situação de um enfermo, a instrução era clara: “chame logo o médico da alma”. O Papa Pio V também ordenava que “passados três dias de enfermidade na cama, tenham os médicos obrigação de não visitar os enfermos, sem primeiro estar confessados, constando esta diligência por fé do confessor (...) Este mesmo manda a religião da hospitalidade, e não curam enfermo algum, sem que primeiro limpe sua consciência”.<sup>81</sup> Em Portugal, no ano de 1762, o bispo de Bragança, Aleixo de Miranda Henriques, “proibia aos médicos, sob pena de excomunhão, que voltassem a visitar os doentes que, uma vez admoestados, ainda não se houvessem confessado, a partir do 3º dia da doença declarada”.<sup>82</sup>

Para o sucesso dos ritos que envolviam os sacramentos não bastava a disposição do sacerdote e a sua intenção, mas também, o desejo próprio dos soldados em receber determinado sacramento, ou seja, celebração com ações simbólicas de santificação. O padre Salzedo<sup>83</sup> trazia, em sua obra, instruções de como o capelão poderia reagir diante de uma resistência do soldado enfermo em se converter à doutrina cristã. O capelão deveria ser insistente, para amolecer o coração endurecido, repetindo suas razões, seus argumentos, apelando para a imaginação em relação aos possíveis terríveis tormentos do inferno ou às benesses que poderiam ser conquistadas a partir da confiança na grande misericórdia divina, qual seja, a salvação da alma, o “maior bem para sempre”. Para alcançar o seu “grande negócio”, o seu objetivo último, ou seja, a conversão daquele pecador, seria necessário convencer o enfermo a se confessar e realizar penitência. Mas o convencimento ia além da exposição das razões, das exortações do capelão ao enfermo, passando também pelas súplicas dirigidas diretamente a Deus, de forma interiorizada, em oração mental, ou de forma exteriorizada, com palavras expressas publicamente.

Os soldados atendidos pelos capelães que seguissem as ordenações dos médicos espirituais alcançariam “muitos celestiais favores” e através desta medicina da alma seriam movidos “a outros pios exercícios”. Desse modo, o soldado poderia parecer “perfeito religioso”, muito mais do que um “soldado distraído”, de tal forma que suas muitas penitências e contínuas orações possibilitariam que “fosse coroado eternamente no céu”.<sup>84</sup> A referência à “distração” e ao “coração endurecido” indica o quanto poderia ser comum, entre os soldados, o descaso com aspectos religiosos

---

<sup>81</sup> *Ibidem*, p. 129. Visitas realizadas por religiosos a enfermos na tentativa de consolar e aliviar suas dores, foram também motivos de contágios, adoecimentos e mortes de curas. Foi o que aconteceu na América com missionários jesuítas no seu envolvimento com indígenas doentes; segundo Eliane Fleck, muitas das doenças que acometiam os missionários decorriam do seu envolvimento com os indígenas adoentados, pois recorriam às casas dos enfermos, “para levar os consolos espirituais (...) procurando que não lhes faltasse o alimento conveniente ao seu estado” e para “administrar as medicinas possíveis e, às vezes, também atuavam como médicos e enfermeiros”. FLECK, Eliane Cristina D. La sangre de los mártires es la semilla de cristianos nuevos: a consagração póstuma de missionários jesuítas (Província Jesuítica do Paraguai, século XVII). *Revista de História (USP)*, v. 168, p. 351-381, 2013, p. 360.

<sup>82</sup> SANTOS, Eugênio. O homem português perante a doença no século XVIII, *Op. cit.*, p. 191.

<sup>83</sup> SALZEDO, Marcos. *Norte de Capelães*, *Op. cit.*, p. 129.

<sup>84</sup> *Ibidem*, p. 130.

ou mesmo com elementos da espiritualidade católica. Os argumentos do padre Salzedo evidenciam essa resistência que certamente havia em relação à vivência católica por parte de homens – e aqui vale destacar o gênero masculino – que faziam parte do corpo militarizado: a desatenção para a vivência espiritual deveria ser característica comum entre os soldados, ao menos ao olhar dos clérigos.

Na defesa, evidentemente, da função dos religiosos nos regimentos, destacava-se que as pregações e os avisos do capelão seriam os “remédios” divinos para se fazer cumprir a penitência e se alcançar a salvação e a felicidade futura. Depreciar tais remédios – os conselhos dos capelães – significava negar o auxílio divino, deixando-se conduzir por “máximas diabólicas” e, portanto, despertando a indignação de Deus. O militar deveria confiar nas palavras do capelão, seguindo suas instruções, “obrando” pelo seu discurso, cuja finalidade era lhes fazer feliz, senão nesta, numa outra vida.<sup>85</sup>

No entanto, os soldados, como súditos da Coroa lusitana, ainda que não desajassem, eram obrigados a aderir aos rituais católicos, tal como foi observado pelo historiador Sérgio Chahon<sup>86</sup> para o Rio de Janeiro de princípios do século XVIII, ao destacar que os soldados aquartelados na fortaleza de Santa Cruz, eram obrigados a assistir missas sempre. Na verdade, a Coroa procurava evitar que “os soldados ficassem por semanas seguidas ‘sem missa nos domingos e dias santos’”. Daí a importância dos altares portáteis, pois eram eles que dinamizavam a assistência das missas por parte dos soldados, cujo grande benefício espiritual estava expresso na piedosa concessão de indulgências, conforme já teria sido determinado pelos Sumos Pontífices.<sup>87</sup>

Muitos soldados, incrédulos, pareciam não acreditar no inferno (embora a ameaça da condenação da alma fosse um recurso retórico dos padres) ou nas palavras do capelão, sempre voltadas à moralidade e à religiosidade. Nesse sentido, os soldados eram vistos como ousados e não acanhados perante às possíveis fúrias e castigos de Deus, cujos pensamentos a respeito dos capelães, expressavam insatisfações e descontentamentos. Para os soldados, os capelães desejavam ganhar veneração e promover a aterrorização.<sup>88</sup>

A ideia de que os soldados eram presunçosos e de difícil conversão também revelam compreensões da incredulidade dos militares, na visão dos religiosos, principalmente pela resistência em realizar – tem tempos de choques e batalhas – a confissão, considerada como obra cristã e proveitosa.<sup>89</sup> Sem a disposição para a realização do sacramento da confissão, os soldados eram considerados cristãos apenas “na aparência”, uma vez que suas consciências continuariam más, e seus espíritos, enfraquecidos.

---

<sup>85</sup> SALZEDO, Marcos. *Norte de Capelães*, *Op. cit.*, p. 132.

<sup>86</sup> CHAHON, Sérgio. *Os Convidados para a Ceia do Senhor: as missas e a vivência leiga do catolicismo na cidade do Rio de Janeiro e arredores (1750-1820)*. São Paulo: Edusp, 2008, p. 175.

<sup>87</sup> SALZEDO, Marcos. *Norte de Capelães*, *Op. cit.*, p. 118.

<sup>88</sup> *Ibidem*, p. 132.

<sup>89</sup> *Ibidem*, p. 219, 220.

Mas militares em marcha apresentavam inúmeras desordens, como violências, tiranias, extorsões e danos, diante dos quais, o capelão deveria advertir aos oficiais sobre a necessidade de repreensão, considerando que nas marchas militares, o capelão ocupava lugar imediato ao “coronel”.<sup>90</sup>

Mesmo assim, os capelães deveriam ser persistentes no seu trabalho, não apenas de conversão, mas também de moralização e de consolo. Este seria vinculado às possibilidades de realizar feitos memoráveis, de receber prêmios da Coroa e de garantir salvação de suas almas:

deve o soldado mostrar seu valor e constância (...) o soldado, quantos mais infortúnios, trabalhos, penalidades e fadigas tolere, mais valor manifestará, e se fará credor da memória de seu Príncipe, para ser honrado com prêmios, que promete sua liberalidade e justiça. E por último, os trabalhos que com resignação nós sofreremos, talvez serão prognóstico de nossa salvação.<sup>91</sup>

Mas o próprio capelão deveria estar sempre atento às suas funções e competências, não devendo, jamais, em caso de combates ou peleias tomar parte nas armas. Estes seriam excessos “indignos do estado eclesiástico” e propícios à “áspera repreensão”, pois a exposição ao perigo, em demonstração de valentia, era extremamente condenada aos clérigos. Marcos Salzedo cita como exemplo a batalha de Villaviciosa, em 1710, nos campos de Viruega, em Castela quando capelães envaidecidos se puseram a demonstrar valentia. O recomendado era permanecer à distância, com segurança, para observar os movimentos do regimento, realizando orações constantes, estando de prontidão para o socorro espiritual e para a encomendação a Deus.<sup>92</sup>

Por fim, cumpre destacar um outro modo de ser capelão que dizia respeito às considerações das adequadas vestimentas utilizadas. Se, Ribeiro Sanches (1756), como vimos, criticava as roupas dos soldados de alta patente, como moda supérflua, luxuriosa e inútil, os modos de vestir dos capelães, segundo o padre Marcos Salzedo,<sup>93</sup> deveriam seguir os princípios de “decência, compostura, modéstia, circunspeção e humildade”, próprios de um sacerdote. “Ser capelão de um Regimento” não poderia seguir a conformidade da “ vaidade das modas militares e disformes à verdade”, como o uso de adornos e formosos vestidos. Havia a necessidade do uso de “roupas convenientes” ao estado do sacerdócio, de modo que a “decência extrínseca do vestido” manifestasse “a honestidade intrínseca das virtudes”.<sup>94</sup>

Estas representações dos modos de ser capelão e dos modos de ser soldados estavam presentes nos dois livros analisados neste artigo, escritos e publicados no século XVIII, em Portugal, e, portanto, fontes representativas do pensamento da época. O livro *Norte de Capelães* faz parte de um universo de muitas outras obras

<sup>90</sup> SALZEDO, Marcos. *Norte de Capelães*, *Op. cit.*, p. 204-206.

<sup>91</sup> *Ibidem*, p. 203.

<sup>92</sup> *Ibidem*, p. 258-259.

<sup>93</sup> *Ibidem*, p. 87.

<sup>94</sup> *Ibidem*, p. 91.

religiosas editadas em Portugal no século XVIII. Esta obra buscava orientar religiosos a proceder corretamente nos princípios da fé para com os militares, num discurso cristão que buscava modular a moralidade dos seus fiéis (civis e militares) a fim de garantir comportamentos adequados, baseados nos princípios cristãos. Tais mecanismos de controle de atitudes e de regulação das consciências eram, possivelmente, elementos eficazes na manutenção da ordem, notadamente quando se atenta ao fato de que militares se amotinavam com certa frequência, rebelando-se em nome de inúmeras reivindicações, como de fato ocorreu na povoação do Rio Grande.

### Considerações finais

O povoamento em Rio Grande emergiu do contexto platino de disputas bélicas entre portugueses e espanhóis, especialmente a partir da campanha de 1735-1737 que definiu as motivações para o estabelecimento de alguns padrões mínimos de sobrevivência neste território. Foi durante a terceira campanha de cerco à Colônia do Sacramento que o Conselho Ultramarino Português autorizou o Brigadeiro José da Silva Paes a construir fortificações. Mesmo com cerca de 700 quilômetros entre Rio Grande e Sacramento e com as grandes dificuldades em manter a posição, Rio Grande assumiu paulatinamente o papel de estabelecer estrategicamente o controle português no extremo sul da América. A ocupação estratégica deste espaço era composta basicamente de militares e de religiosos.

É possível que, através do militar José da Silva Paes, alguns livros publicados na Península Ibérica no século XVIII tenham chegado no território colonial luso ao sul da América,<sup>95</sup> embora não possamos afirmar que entre os quais estava *Norte de Capelães*.<sup>96</sup> O fato é que este livro era dedicado à instrução dos capelães que acompanhavam e atendiam espiritualmente os militares em regimentos e demonstrava os entendimentos da época sobre as relações entre religiosos e soldados. A abordagem aqui proposta relacionou a análise do discurso religioso deste livro – cotejado com as descrições sobre as causas das doenças dos soldados na obra *Tratado da conservação da saúde dos povos*, de Antônio Nunes Ribeiro Sanches – com o ambiente social e político do povoado/vila do Rio Grande no século XVIII.

---

<sup>95</sup> Álvaro de Araújo Antunes analisou a distribuição de livros por categorias sociais em Vila Rica, Minas Geral, do século XVIII. Entre os maiores grupos proprietários de livros estavam os militares e os clérigos. Segundo o autor, “a posse de livros envolvia fatores de ordem mais pessoal, íntima, às vezes, como a satisfação de um anseio espiritual, o cultivo de alguma atividade de lazer e prazer e/ou uma necessidade profissional”. ANTUNES, Álvaro de Araújo. Os ânimos e a posse de livros em Minas Gerais (1750-1808). In: MEGIANI, Ana Paula. *O Império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séc. XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 259-260.

<sup>96</sup> A livraria particular de Silva Paes, em Lisboa, constava com mais de quatrocentas obras nas seguintes temáticas: Filosofia, Geometria e Trigonometria, Militares, História, Comédias, Sermões, religiosos e de Medicina. ARAÚJO, Ana Cristina. Livros de uma vida, *Op. cit.*, p. 160.

Analisamos as representações sobre os modos de ser capelães e os modos de ser soldados, bem como as descrições de suas funções, apresentadas nos referidos livros escritos e publicados em Portugal no século XVIII. Consideramos estas representações confrontando-as com outras representações, as das vivências de militares e capelães na povoação/vila do Rio Grande, espaço pelo qual circulou a obra de Marcos Salzedo. A análise, dessa forma, não se limitou a perceber apenas os discursos e as normas observadas pelos autores, mas também a compreendê-las à luz das práticas e experiências dos sujeitos militares e religiosos do Rio Grande, já abordadas pela historiografia.

As atividades destes primeiros grupos humanos no Rio Grande, especialmente os militares, os religiosos e alguns escravos, foram marcadas por inúmeras dificuldades, notadamente a dos soldados de baixa patente, que enfrentaram duras condições de trabalho, castigos, doenças, ausência de soldos, de vestimentas e de alimentação. Devido a estas tantas precariedades, os soldados do Regimento dos Dragões se rebelaram em 1742, com o apoio dos civis, contra o estado de pauperização e misérias a que estavam sujeitos, sendo logo apaziguados por Silva Paes.

Em um ambiente precário e conflituoso, os religiosos cumpriam também funções de aplacar os ânimos exaltados. Foram diversos religiosos a atenderem as necessidades espirituais dos católicos da região, nas capelas e igrejas erigidas naquele momento, como o padre Jerônimo Ferreira, seguido de outros religiosos, como Fr. Antônio de Perugia, Fr. Anselmo Castelvetro, padre Manoel Henriques, padre José Carlos da Silva, Fr. Mariano de Piano e Fr. Sebastião de Pallanza. Eles atendiam a população e os regimentos e possuíam certo prestígio social, no entanto, nem sempre mantiveram boas relações com os militares da alta patente da Comandância Militar, existindo discordâncias quanto à submissão ao poder temporal, do qual se negavam a receber ordens.<sup>97</sup> Segundo o jornalista e historiador Tau Golin, “um dos problemas do povoamento seria o conflito com os padres. Estavam preocupados mais além do *pasto para as almas*”.<sup>98</sup> Os padres frei Anselmo Castelvetro e frei Antônio de Perugia entraram na barra no dia 04 de abril de 1737 e “iniciaram suas atividades religiosas, mas seus comportamentos mundanos desagradaram o governador. Mais tarde, o brigadeiro solicitou a remoção dos dois religiosos”.<sup>99</sup>

De todo modo, aos capelães que acompanhavam os regimentos caberiam garantir assistência, orientação e consolo aos soldados, tal como orientavam as instruções presentes na obra do padre Marcos Salzedo. A análise do discurso do autor, destinado aos capelães que acompanhavam os militares, revelou-nos as possíveis percepções da época, as representações e os entendimentos da atenção que os religiosos deveriam dispensar aos cristãos soldados e a maneira como deveriam proceder para garantir a conversão, a aderência aos sacramentos, o avivamento da fé, o respeito à Igreja Católica e a crença na condução da vida pautada pela busca da salvação.

<sup>97</sup> RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul*, *Op. cit.*, p. 157.

<sup>98</sup> GOLIN, Tau. *A Fronteira: 1763-1778*, *Op. cit.*, p. 32.

<sup>99</sup> GOLIN, Tau. *A Fronteira: 1763-1778*, *Op. cit.*, p. 32.

Acompanhar os soldados ofertando sacramentos, limpando a consciência e indicando penitências eram prerrogativas básicas dos capelães. Silva Paes parecia estar absolutamente consciente desse dever dos religiosos, expressos no livro do padre Salzedo, pois quando o padre Antônio de Perugia – juntamente com Anselmo Castelvetro – negou-se a entrar na fortaleza, dizendo que atenderiam exclusivamente “a povoação e o hospital”, o brigadeiro respondeu dizendo “que ele consulte sua consciência sobre o atendimento dos moribundos e do pessoal da fortaleza”.<sup>100</sup>

A resposta de Silva Paes é um indicativo de que a Comandância Militar contava com os religiosos para o trabalho de atendimento aos soldados enfermos. Aliás, ser soldado significava enfrentar muitas dificuldades, como as de estado de saúde e de riscos iminentes de morte. Além disso, a falta de prestígio social acompanhava os soldados, uma vez que eram considerados indesejados e incapazes para muitos serviços, principalmente por se constituir como um grupo de membros dos baixos estratos sociais. Arriscar a vida, sofrer privações, trabalhar muito, obedecer disciplinarmente a hierarquia, enfrentar acidentes, encarar doenças e submeter-se ao autoritarismo dos superiores eram características básicas da vida de um soldado.

Os capelães que acompanhavam os regimentos tinham importantes funções religiosas e moralizadoras para com os soldados, entre as quais estavam o compromisso de repreender os vícios, o esforço para promover as virtudes, o atendimento aos doentes e feridos e os cuidados em geral com as suas almas. Embora os modos de ser capelão de regimentos fossem representados a partir de funções de grande responsabilidade espiritual, os militares nem sempre pareciam dispostos a uma vida crédula, carola e resignada aos sacrifícios materiais em nome da fé. Ainda que dados à pouca sensibilidade à vivência espiritual católica, aos soldados era constantemente reforçada a necessidade de demonstrarem disposição e vontade em seguir as orientações e ordens dos religiosos. Estes, tinham, portanto, como principais funções, converter, consolar e moralizar os soldados, trabalho que exigia dos religiosos ampla vontade e dedicação, conhecimento doutrinário, cultivo da caridade e esforços diversos no sentido de garantir a resignação dos soldados que padeciam com toda a ordem de dificuldades, como enfermidades, trabalhos forçados e alimentação precária.

Ao destacarmos os modos de ser soldado e de ser capelão, percebendo suas funções e suas relações a partir de determinados discursos em livros do século XVIII português, o que fizemos foi considerar algumas representações propagadas pelos autores que podem não evidenciar uma homogeneidade das ações dos militares e religiosos nas práticas sociais, mas que demonstram possíveis percepções e apreciações mobilizadas para construir uma imagem do social que, neste caso, associamos ao militarizado povoado do Rio Grande.

*Artigo recebido em 3 de abril de 2016.*

*Aprovado em 14 de junho de 2016.*

---

<sup>100</sup> RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul*, *Op. cit.*, p. 160.